

FHC rejeita mudanças no Imposto de Renda

Viagem

Porto (Portugal) — O presidente Fernando Henrique Cardoso afirmou ontem, durante sua viagem à Portugal, que as medidas de ajuste fiscal não incluirão o aumento do Imposto de Renda e não devem conter nada de caráter permanente. A declaração, feita durante a visita à cidade de Guimarães, reforça a ideia do possível aumento da alíquota da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (-CPMF). “A CPMF é fundamental para o financiamento da saúde”, disse o presidente.

Fernando Henrique, no entanto, avisou que a única proposta permanente que deseja incluir entre as medidas a serem tomadas é a reforma tributária, que deve iniciar sua discussão no Congresso em novembro. Ele espera que as medidas do ajuste sejam feitas apenas durante o período em que a reforma tributária ainda não tenha sido votadas.

“Agora, nós já estamos cortando despesas e isso pode implicar, eventualmente, como eu disse antes da reeleição, acertos fortes e eu não estou pensando em nada permanente”, disse o presidente. “Permanente é a reforma tributária”, contou. “Essa também vai ser feita. E eu espero que tudo que seja feito agora, enquanto não se aprova a reforma tributária.”

Sobre aumento de impostos, o presidente rejeitou qualquer mudança na cobrança do IR. “Eu reafirmo que não haverá aumento de Imposto de Renda.” Em relação à CPMF, porém, Fernando Henrique lembrou que a matéria está sendo discutida pelo Congresso, onde será votada sua prorrogação pelo período que o governo achar necessário e também qualquer alteração na alíquota.

No caso de aprovação da reforma tributária, Fernando Henrique acha que o governo poderá até de abrir mão no futuro de cobrar a CPMF. “A permanência depende da reforma tributária”, explicou. “Nós quere-

José Manuel Ribeiro/Reuters



FHC conversa com primeiro-ministro de Portugal, Antonio Guterres (E), e o ex-presidente Mario Soares (D) e garante: reforma tributária será permanente

mos fazer uma reforma tributária mais ampla, que possa até prescindir da CPMF. Portanto, o conceito agora não será permanente”, garantiu.

PREVIDÊNCIA

O presidente não descartou a possibilidade de mudança na cobrança dentro do sistema previdenciário. Ele lembrou que o déficit público do País hoje é formado basicamente por dois fatores: a taxa de juros e os gastos com a Previdência Social. “No setor público, a contribuição do funcionário é de cerca de R\$ 2 bilhões”,

contou. “E o dispêndio com pensões e aposentadorias é de R\$ 20 bilhões. Portanto, o povo brasileiro paga esses R\$ 18 bilhões sob a forma de impostos para que esses funcionários possam gozar de aposentadorias às vezes prematuras e integrais”, criticou. “Então, se nós queremos realmente uma reorganização em termos de justiça social temos que olhar para essa questão”, anunciou.

Fernando Henrique negou que as propostas de ajuste fiscal estejam sendo apresentadas antes ao Fundo Monetário Internacional (FMI) do

que à população. “Eu ainda não recebi as propostas”, garantiu. “Nós não podemos pensar o Brasil em termos de ajuste. Isso é uma palavra curta para um País como o Brasil”, disse. “O Brasil tem que continuar avançando; avançar no Brasil significa continuar mantendo o valor dessa moeda e baixar as taxas de juros”, contou. “Esse é o objetivo e o que for necessário para isso será feito.”

O presidente reforçou a ideia de que não conhece ainda todo o teor das medidas que estão sendo defi-

nidas pela equipe econômica e que devem ser divulgadas depois da realização do segundo turno das eleições, no dia 25. “Nós estamos discutindo em vários níveis há muito tempo, agora o ajuste em si temos de fazer nós mesmos brasileiros. O projeto é nosso, só pode ser nosso”, garantiu. “Se for externo, não vai dar certo. Nós é que sabemos onde é que o calo aperta, nós é que sabemos o que pode ser feito, o que não deve ser feito. Nós é que sabemos quais são as nossas responsabilidades sociais e eu as tenho.”